

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

# Recordar é viver?

Os problemas da memória e a memória como  
um problema para o historiador

Heloisa Paulo

**Heloisa Paulo**, Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.  
Investigadora Auxiliar do CEIS20. E-mail: [heloisapaulo25@gmail.com](mailto:heloisapaulo25@gmail.com)

## 1. A Memória como objecto: a história e o contemporâneo.

[...] Recordar não é a mesma coisa que abrir um livro na página 37 e encontrar precisamente, na mesma impressão e nas mesmas linhas, as mesmas palavras com a mesma pontuação. Recordar é reconstruir pouco mais ou menos.<sup>1</sup>

La memoria individual está estructurada por los grupos a los que pertenecen los individuos – la familia, la clase, la religión, la nación – y se apoya y está conformada por la memoria social, que se representa y transmite a través de prácticas culturales simbólicas o mnemotécnicas que dan forma y sustentan las identidades colectivas. A medida que las identidades de grupo se ajustan a las alteraciones que se preciben en el medio social y político, la memoria social también se reconstruye<sup>2</sup>

[...] nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.<sup>3</sup>

La mémoire collective, comme la mémoire individuelle, ne conserve pas précisément le passé; elle le retrouve ou le reconstruit sans cesse, en partant du présent. Tout mémoire est un effort.<sup>4</sup>

Jacque Le Goff publicou um pequeno trabalho dedicado às relações entre “memória” e História, traçando um amplo painel da forma pela qual a primeira foi sendo abordada no decorrer dos séculos por filósofos, sociólogos, linguistas, historiadores e especialistas das áreas médicas<sup>5</sup>. Na verdade, nos últimos anos, são inúmeros os estudos que se debruçam sobre a temática na procura de explicitar os mecanismos da memorização, ou ainda, entender os possíveis ardis de uma “memória histórica” consolidada a partir de visões politicamente traçadas do passado recente. A recuperação da trajectória de vida de sociedades que foram massacradas ou exterminadas no decorrer do século XX recolocou a questão na ordem do dia entre historiadores e demais especialistas das ciências humanas. A “amnésia forçada” por uma historiografia por demais comprometida em termos políticos, como aquela produzida no período franquista em Espanha, encontrou nas novas abordagens da História Cultural um forte inimigo e na emergência de novos actores a possibilidade de acabar com o esquecimento. Os espaços não preenchidos de um discurso supostamente “concluído”, uma espécie de “branco semântico” da produção

---

<sup>1</sup> DAMÁSIO, António; DAMÁSIO, Hanna - “Toda a memória do mundo”. In SOUSA, M. (coord.) - *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007. p. 139.

<sup>2</sup> BOYD, Carolyn - “De la memoria social a la memoria histórica”. In JULIÁ, Santos (dir.) - *Memoria de la Guerra y del franquismo*. Madrid: Santilanna, 2006.

<sup>3</sup> PÊCHEUX, Michel - “Papel da Memória”. In ACHARD, P. [et al.] (org) - *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 56.

<sup>4</sup> BLOCH, Marc - “Mémoire Collective, Tradition et Coutume. A propos d’un livre récent”. *Revue de Synthèse*. T. XL (Décembre 1925) p. 77.

<sup>5</sup> Ver o verbete do autor na Einaudi: GOFF, Jacques - “Memória”. In ROMANO, Ruggiero (org.) - *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. Vol. 1 - *Memória/História*. p. 11-50 e LE GOFF, J. - *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

historiográfica, vão sendo decodificados e ganham novas leituras e interpretações, abrindo a possibilidade de um repensar da História e dos seus personagens.

Este processo de repensar o contemporâneo foi alargado nos últimos anos e, em alguns casos, passou-se de um extremo ao outro, ou seja, do esquecimento à sobrevalorização da “memória”. Sem se deixar levar por extremos, cabe ao historiador do chamado “tempo presente” a “decodificação” destes verdadeiros “espaços em branco”, seja pela reeleitura da documentação já disponível ou pela localização de novas fontes, dispersas em arquivos particulares, e nas memórias individuais dos que vivenciaram o passado mais recente. Na verdade, para a grande maioria dos factos mais próximos temporalmente é através da recuperação dos diversos tipos de memórias ainda “esquecidas”, documentos e testemunhos orais, que poderemos obter os dados para uma nova compreensão da história contemporânea<sup>6</sup>.

De facto, desde 1929 os trabalhos de Maurice Halbwachs apontam os caminhos a serem investigados por sociólogos, como ele próprio, e por historiadores, a quem o processo de memorização e rememoração coloca questões mais profundas. Para Halbwachs, partindo da análise da sua própria experiência de rememoração, o processo de formação das memórias individuais está inserido no que designa “memória colectiva”, ou seja, a lembrança de um grupo a respeito do seu passado, espelhada no conjunto de tradições que mantém e perpetua, mas não sendo a memória individual um reflexo idêntico da “colectiva” e sim uma constante reeleitura deste mesmo conjunto de acordo com as necessidades temporais daquele que recorda e do momento no qual recorda:

[...] Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios<sup>7</sup>.

Desta forma, o autor identifica as características básicas do processo de armazenamento da memória, tais como a incapacidade de uma memória total a respeito dos factos observados, a predominância das vivências de grupo no conjunto das lembranças, bem como o limite destas ao nosso posicionamento em relação ao meio e ao espaço e a importância da imagem e do lugar para o delineamento da memória. Surgem então dois conceitos fundamentais, o de Memória Autobiográfica, individualizada, passível de ser modificada pelo presente, ou ainda, ser “apagada” pelos traumas, e a Memória Histórica, que longe de estar assimilada ao conceito de história no sentido linear e clássico encontra o seu sentido na “tradição”. A História andaria no sentido contrário ao da Memória Colectiva, já que não se interessaria pelo tradicional, pelo costume e sim pelo excepcional, buscando sempre delimitar o que poderia determinar o seu carácter universalista<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> Um debate interessante sobre os mais diferentes aspectos da “contemporaneidade” e da chamada História do Tempo Presente. Ver, entre outros, AGERON, Charles-Tobert [et al.] – *Ecrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Editions, 1993.

<sup>7</sup> HALBWACHS, Maurice - *A Memória Colectiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 51.

<sup>8</sup> HALBWACHS, M. - *Op. Cit.*, p. 59 e seguintes.

A exclusão da História enquanto área de conhecimento e investigação do trabalho de análise da Memória Colectiva suscita a imediata reacção dos historiadores da sua época, em especial, do seu contemporâneo e colega Marc Bloch, interessado em realçar a importância do conceito para os estudos das “mentalidades” e a importância das tradições para as investigações historiográficas. Assim sendo, na resenha crítica ao livro de Halbwachs, o historiador dos Annales vai questionar alguns pontos não trabalhados pelo autor e que serão de suma importância para os posteriores estudos da “memória”, tais como o papel do discurso nas suas formas de transmissão, o processo de “adaptação” às realidades que lhe sucedem, a importância das tradições e do seu processo de “legalização” via direito formal<sup>9</sup>. A “Memória Colectiva” tende a ser tratada no âmbito das “mentalidades”, todas as possíveis características desta última como fenómeno de “longa duração”. Por outro lado, a “memória individual” recebe um estatuto especial, à medida que pode vir a mostrar o potencial de fonte para o historiador<sup>10</sup>.

Considerando as colocações dos dois autores e realçando os comentários de Marc Bloch temos alguns dos pontos-chave das análises historiográficas mais contemporâneas em relação ao binómio História-Memória, desde a polémica utilização da chamada “História Oral” até à transformação da própria memória em “objecto de estudo”. Os trabalhos realizados no âmbito da História Cultural, nomeadamente os que tocam a recuperação de histórias de vida, dos costumes e tradições, expressam muito esta continuidade<sup>11</sup>.

Não querendo aprofundar as polémicas acerca do tema, já devidamente tratadas por trabalhos mais especializados<sup>12</sup>, o conceito de “memória” é imprescindível para os estudos da “contemporaneidade”, mas implica problemas bem mais concretos do que muitos daqueles colocados nos debates existentes. O problema da investigação começa na abordagem inicial, ou seja, como resgatar memórias cujo paradeiro é desconhecido? A localização dos personagens ainda vivos da história recente e os seus respectivos arquivos privados, caso existam, é o primeiro passo a ser tomado e nem sempre fácil de ser concretizado. Na maioria dos casos, o encontro requer paciência e uma série de alertas a serem levados em conta, alguns deles referentes ao papel que o historiador

---

<sup>9</sup> BLOCH, Marc - “Mémoire Collective, Tradition et Coutume. A propos d’un livre récent”. *Revue de Synthèse*. T. XL (Décembre 1925) p. 73-83.

<sup>10</sup> BLOCH, Marc - *Op. Cit.* p. 77 e seguintes.

<sup>11</sup> Ver, entre outros, SORGENTINI, Hérnan - “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP. V. 23, N.º 45 (2003) p. 103-128.

<sup>12</sup> São inúmeros os trabalhos mais recentes, muitos deles citados no decorrer deste trabalho. No entanto, outros merecem destaque, como o já clássico NORA, Pierre - “Entre histoire et mémoire”. In *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tome 1 “La République”, e outros mais, a saber: CATROGA, Fernando - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001; RICOUER, Paul - *La mémoire, l’histoire, L’oubli*. Paris: Seuil, 2000. FENTRESS, James; WICKHAM, Chris - *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994; ARÓSTEGUI, Julio - *La Historia Vivida. Sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004; JOUTARD, P - *Esas voces que nos llegan del pasado*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1999, POLLAK, Michael - “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 2, N.º 3 (1989). p. 3-15.

passa a desempenhar na relação investigador e “investigado”. É neste contexto que, antes mesmo do primeiro contacto, o problema da memória é colocado, primeiro em termos biológicos, ou seja, qual a capacidade da testemunha de rememorar acontecimentos tão distantes em tempo e, por vezes, em espaço e como podemos fazê-la aceder em termos de lembrança àquilo que realmente nos interessa em termos de pesquisa. Em outras palavras, saber quais as características biológicas daquilo a que chamamos “memória”.

Na verdade, os trabalhos mais recentes que descrevem o processo biológico de armazenamento da memória revelam dados já tratados por historiadores e presentes na própria obra de Maurice Halbwachs, já que ele escreve a partir da análise do seu processo individual de memorização<sup>13</sup>. Para os especialistas, a memória está disposta em dois sectores, cada um ocupando áreas determinadas do cérebro. Na “Memória Semântica”, está armazenado o conhecimento que nos é passado da realidade, tais como o conhecimento da língua, os costumes etc...; enquanto na “Memória Episódica”, são guardados os factos relativos ao nosso histórico de vida<sup>14</sup>. No entanto, ao contrário do processo de armazenamento dos dados num computador, não conseguimos registar todos os momentos e nem todos os momentos pelos quais passamos terão o mesmo registo. Basta um ângulo de visão para que o registo da imagem de um dado momento seja diferente daquele feito por uma outra pessoa no mesmo tempo, mas num ponto diferente do mesmo espaço. Assim sendo, em espaços semelhantes podemos deter na memória factos completamente diversos daqueles que compartilham connosco experiências comuns.

Um outro dado interessante para o investigador diz respeito ao funcionamento interno da memória. Toda a memória depende dos circuitos e das ligações estabelecidas internamente, ou seja, estímulos adequados podem despoletar comportamento ou lembranças, de acordo com os sistemas neurotransmissores<sup>15</sup>. Sendo assim, a recuperação da memória, ainda que modificada e alterada, depende de um processo de estimulação destinado a estabelecer o contacto entre os diferentes sectores do cérebro e os dados que armazenam, gerando assim a informação possível a respeito do passado. A memória funciona por ligações, podendo a lembrança de um único facto desencadear a memória de outros episódios, como se a menção deste fizesse accionar todo o circuito neurológico na busca de novas conexões entre o que é apresentado e o armazenado algures na mente.

Um dado final, e fundamental para o historiador, é a constatação biológica que a memória muda à medida que novas informações são adquiridas pelo cérebro, tal como qualquer investigador constata quando trabalha com memórias, sobretudo com testemunhos orais, visto os relatos do passado estarem sempre como se contaminados pelo presente e por toda a história de vida do indivíduo. Desta forma, a memória não é um repositório fiel e tende a ser transformada no decorrer dos anos pela introdução

---

<sup>13</sup> HALBWACHS, M. - *Op. Cit.*

<sup>14</sup> Ver, entre outros, GERARD, R.W. - “O Que é Memória”. In *Psicobiologia: As Bases Biológicas do Comportamento – Textos do Scientific American*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

<sup>15</sup> VALENTE, André - “Novas Formas de testar a memória em modelos experimentais”. In SOUSA, M. (coord.) - *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007. p. 94-125.

de novos dados, já que está situada num tecido vivo, o cérebro. O processo de memorização dos factos será sempre uma releitura dos mesmos, nunca a sua reprodução:

Todos possuímos provas concretas de que sempre que recordamos um dado objecto, um rosto ou uma cena, não obtemos uma reprodução exacta, mas antes uma interpretação, uma nova versão reconstruída do original. Mais ainda, à medida que a idade e experiência se modificam, as versões da mesma coisa evoluem.<sup>16</sup>

Tais constatações negativas da capacidade total da memória não devem nunca levar à rejeição do uso deste tipo de fonte pelo historiador, mediante a alegação de que evidenciam sempre opiniões “contaminadas” por uma determinada visão pessoal do passado, e nem à sua aceitação como uma fonte incontestável, já que como toda a “testemunha” o seu depoimento deve ser verificado e é sempre o relato de um dos lados da História.

## 2. Memórias e Memória: existe distinção entre a memória escrita e o testemunho oral?

Grande parte da crítica dos historiadores orientados por documentos segue a linha de que a reminiscência das pessoas famosas está facilmente propensa à autojustificativa conveniente *ex post facto*, e aquela das pessoas não importantes, a lapsos de memória.<sup>17</sup>

[...] Je dirai que les historiens du contemporain ont rencontré une difficulté que les sociologues connaissaient depuis longtemps, ils traitent de situations ou d'événements dont les acteurs sont encore vivants.<sup>18</sup>

Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Poderia também dizer-se que a história é esquecida pelos vencedores. Podem permitir-se esquecer, enquanto os derrotados são capazes de aceitar os acontecimentos e estão condenados a meditar sobre eles, a reviver-los e a imaginar quão diferentes poderiam ter sido.<sup>19</sup>

Quando um historiador se depara com uma temática para a qual existem poucos registos na historiografia, ele tem uma moeda de duas faces: por um lado, sabe que o seu trabalho será inédito, por outro, na maioria dos casos, não sabe por onde começar. Os arquivos oficiais são a primeira escolha para uma procura, mas para determinados casos, como os registos das oposições aos regimes de força, a documentação tende a traduzir o peso do discurso imposto pelo Estado em relação aos seus “inimigos”.

---

<sup>16</sup> DAMASO, A. - *O Erro de Descartes. Emoção, razão e o cérebro humano*. Lisboa: Publicações Europa América, 1994. p. 115.

<sup>17</sup> PRINS, Gwyn - “História Oral”. In BURKE, P. (org.) - *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 188.

<sup>18</sup> SCHNAPPER, Dominique - “Le temps présent entre histoire et sociologie”. In AGERON, Charles-Robert - *Op. Cit.*, p. 51.

<sup>19</sup> BURKE, P. - “A História como Memória Social”. In *O Mundo como Teatro – Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel, 1992. p. 246.

A imprensa é um outro recurso pensado. No entanto, pode padecer do mesmo tipo de deformação, fruto da censura, ou ainda, pode simplesmente não existir nenhuma fonte utilizável. Os jornais clandestinos exemplificam esta “ausência” de recursos, pois a periodicidade é irregular, nem sempre estão preservados e, quando ocorre, muitos deles estão nas mãos de particulares.

Para quem lida com a contemporaneidade a existência de personagens vivos ou de familiares, portadores de arquivos e espólios particulares, é uma saída a ser considerada, apesar de todas as armadilhas possíveis e críticas oriundas dos sectores mais conservadores da historiografia. De facto, desde as reflexões de Thompson sobre a necessidade de uma reconstrução da história das “classes trabalhadoras” na primeira pessoa, são inúmeros os trabalhos enquadrados na então designada “História Oral”<sup>20</sup>. Um grande ponto é a questão do tratamento dos testemunhos. Mas, assim como o conhecimento dos mecanismos da memória é importante para este caso, as técnicas de aproximação são fundamentais para o estabelecimento de uma relação de confiança entre “fonte” e “investigador”. Neste sentido, é de enorme importância para os historiadores o contributo das experiências passadas por antropólogos e sociólogos, sobretudo para aqueles que, acostumados aos manuscritos, não estão habituados a literalmente “ouvir” as suas fontes. A complicada noção da imparcialidade do cientista social, por vezes muito difícil, é colocada como o problema principal na recolha de dados, mas não é de todo um empecilho para a realização do trabalho:

O historiador não deixa de ouvir e recolher, mas sabe que deve se distanciar, que a simpatia necessária, virtude cardeal do bom entrevistador; não deve cegá-lo nem privá-lo da lucidez. O cruzamento de fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos.<sup>21</sup>

Na verdade, a chamada “história oral” nasce marcada pela “neutralidade” e pelo desejo de cientistas sociais e historiadores recuperarem um passado discriminado pela História Oficial, oriundo de grupos considerados “marginais” para a sociedade e o processo histórico<sup>22</sup>. Par a par com os processos de recuperação das “memórias populares”, evocadas nos estudos a respeito de tradições populares, as fontes orais também estão presentes nos processos que envolvem memórias traumáticas, como é no caso da Guerra Civil Espanhola, ou ainda, e dentro deste mesmo campo, as chamadas “políticas da

---

<sup>20</sup> Ver, em especial, THOMPSON, P. - *A voz do passado – História Oral*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Mais recentemente são inúmeros os trabalhos voltados para o tema, entre outros, FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.) - *História Oral: Desafios Para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. Em Portugal, está em desenvolvimento um trabalho com depoimentos de antigos membros da CGTP, a cargo da Investigadora Sílvia Correia, da Universidade Nova de Lisboa, coordenadora do projecto “Testemunhos Oraís da CGTP – In”. Ver CORREIA, S. - “A CGTP, a história oral e o estudo dos trabalhadores”. *Le Monde Diplomatique*. (Janeiro de 2011) p. 21.

<sup>21</sup> JOURTARD, P. - “Desafios à História Oral do Século XXI”. In FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V (orgs.) - *Op. Cit.*, p. 43-44.

<sup>22</sup> Ver, entre outros PORTELLI, Alessandro - *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

memória”, onde o passado reassume a sua dimensão política diante de um presente que o pretende “esquecer”<sup>23</sup>. Neste quadro, é impossível requerer para o historiador o antigo estatuto de imparcialidade, ainda que, a equidistância entre discurso histórico e propaganda política deva ser mantida e demarcada.

Tais considerações repõem a problemática da parcialidade do testemunho oral, mas este não é menos ou mais tendencioso do que outra fonte escrita, nem a presença do historiador como interveniente no processo de produção do “documento oral” não é mais “partidário” daquele que precede a recolha de fontes documentais tradicionais. Como na documentação escrita, a oral também pressupõe versões diferenciadas de um mesmo facto ou objecto de análise, devendo ambas passar pelo grifo da comparação de dados e verificação de veracidade. No entanto, o cruzamento que então se processa é diferenciado, já que pode passar por documentação inédita, ela própria susceptível de ser “testada” na sua veracidade. O problema é complexo, pois requer verificações em simultâneo nem sempre passíveis de serem realizadas aquando dos primeiros contactos entre o historiador e as suas fontes orais. Assim sendo, é preciso saber “ouvir”, analisar o discurso e procurar ferramentas necessárias que auxiliem a compreensão do exposto. Relatos imprecisos, frutos das dificuldades inerentes ao próprio mecanismo biológico da memória, podem ser avivados pela própria documentação disponibilizada pelos depoentes, sobretudo imagens, mais facilmente retidas e que, quase sempre, estimulam os mecanismos de recordação. Cada detalhe da vida pessoal pode e deve remeter ao contexto histórico, revelando não só a visão do entrevistado e a forma pela qual a sua memória actual “depurou” o seu passado, mas também pistas fundamentais para o trabalho do investigador na identificação de outras fontes documentais.

Desta forma, por exemplo, as narrativas de carácter pessoal de Fernando de Morais, filho de Jaime de Morais, a respeito da sua vida em Madrid alcançam uma outra dimensão quando relacionadas com outras fontes. A afirmação de um vínculo profundo de amizade entre o primeiro e o filho de Largo Caballero readquire a sua dimensão histórica com a análise do conteúdo das cartas trocadas por Jaime de Morais, Moura Pinto e Jaime Cortesão, revelando um outro ângulo para a compreensão das ligações dos republicanos portugueses exilados com políticos republicanos espanhóis, já aceites pela lógica simples do historiador ao associar vínculos ideológicos em comum. Neste ponto, a trajectória pessoal assume a sua dimensão “histórica” mais alargada, fornecendo ao historiador o caminho para novas pesquisas<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> No caso da Guerra Civil são inúmeros os trabalhos historiográficos que tratam do problema da recuperação da memória do republicanismo. Ver entre outros, LEÓN, Ángeles Egido (Ed.) - *Memoria de la Segunda República. Mito y Realidad*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006; ARÓSTEGUI, J; GODICHEAU, François (eds) - *Guerra Civil. Mito y Memoria*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

<sup>24</sup> A maioria dos clássicos no âmbito da História Oral aponta neste sentido. Mais recentemente, trabalhos como o de Régine Robin, uma das introdutoras da problemática da análise de discurso na história (ver o clássico trabalho ROBIN, Régine - *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977), recolocam o tema. Ver: ROBIN, R. - *La mémoire saturée*. Paris: Stock, 2003; ROBIN, Régine. “Paroles en attente : parcours de vie, parcours de textes”. *Essaim*. N.º 14 (1/2005) p. 13-26. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cairn.info/revue-essaim-2005-1-page-13.htm>. DOI : 10.3917/ess.014.0013>, ou ainda, VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) - *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Por outro lado, as fontes orais podem colocar em xeque algumas das fontes escritas, sobretudo no caso de memórias ou documentos oficiais. Os relatos memorialistas estão repletos de “omissões”, muitas delas voluntárias, outras nem tanto, variando de acordo com a personagem que escreve ou a instituição que lhe serve de suporte<sup>25</sup>. Em geral, a versão apresentada remete o investigador para o conjunto documental determinado pela narrativa memorialista, “descartando” outros dados documentais, já que não referenciados. Neste sentido, assim como a descoberta de novos arquivos abre caminho para novas pesquisas, os dados orais suscitam a procura de fontes que, caso contrário, não despertariam a atenção do investigador. Voltando ao testemunho de Fernando de Moraes, a sua participação na Guerra Civil e no Plano Lusitânia não é citada num dos relatos mais explorados pelos investigadores, o de Pedro Rocha, e nem o seu nome aparece de forma identificável nos relatórios dos agentes do governo de Salazar em Espanha. Dois historiadores que tratam do período, César de Oliveira e Luís Farinha, chegam a afirmar a existência apenas de três filhos de Jaime de Moraes, omitindo Fernando, na verdade o terceiro deles em termos de idade, já que este não é mencionado nas fontes consultadas. Somente o relato pessoal de Fernando de Moraes nos reporta ao levantamento de documentação espanhola que atesta a sua actuação como militar e a sua estada em San Juan de Abadessas, local de reunião dos participantes do Plano Lusitânia<sup>26</sup>. De facto, para o historiador a “memória imprensa” pode ser uma fonte mais “frágil” do que o discurso oral, pois é mais elaborada e “isenta” de interferências, como a introdução de temas ou o reencaminhamento de questões, passos possíveis na relação directa e oral.

No caso dos “documentos oficiais”, se considerarmos como confiáveis as informações transmitidas aos governos pelo seus administradores ou, no caso do Estado Novo, pelos seus informadores, há muitas lacunas a serem preenchidas pelo historiador. A falta de documentação oriunda da parte oposicionista leva a constituição de uma “memória incompleta”, da qual o historiador apercebe-se das falhas, mas não as consegue colmatar. Os testemunhos orais, mesmo quando não acompanhados de documentos pessoais, podem reencaminhar a investigação em outros sentidos, possibilitando uma revisão da versão transmitida pela documentação governamental. Os relatos dos enviados da PVDE ao descreverem a passagem do grupo pelos Pirenéus afirmam a detenção dos filhos de Jaime de Moraes em campos de concentração, negando a rede de assistência formada por portugueses em França e o estatuto de que goza a família Moraes entre eles.

---

<sup>25</sup> É o caso da predominância de memórias dos dirigentes do Partido Comunista em detrimento de outros grupos oposicionistas, já que estão mais organizados e interessados em manter um posicionamento de destaque nas lutas da oposição, qualquer que seja o regime. Ver, entre outros, PAULO, H. - “Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a Oposição”. In TORGAL, L. R; PAULO, H. (coord.) - *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

<sup>26</sup> Ver Cartas pessoais trocadas entre Óscar de Moraes e Mário Fernandes entre 1978 e 1983, Arquivo Jaime de Moraes, Fundação Mário Soares. Para além disto, no Arquivo da Memória Histórica, em Salamanca os arquivos do Exército Espanhol, nomeadamente SM, Carpeta 1194, Fol. 524; SM, Leg. 8125, Carpeta 37, fol. 195; SM, Leg. 8125, Carpeta 12, Fol. 151; e os números da *Gaceta de La República*, de 31 de Enero de 1937, p. 574; de 3 de Junho de 1937, p. 1043; entre outros, que tratam de promoções e permissões especiais de mobilização do Oficial Hernando Seca Morales.

A grande maioria dos relatórios produzidos aquando da Guerra Civil pelos informadores do Estado estão repletos de relatos falseados, sendo o seu conteúdo o mais puro exemplo de uma produção discursiva que “adequa” a narrativa dos acontecimentos aos valores ideológicos vigentes e às necessidades de manutenção dos postos de serviço<sup>27</sup>.

Para além de “ouvir”, o historiador que lida com os testemunhos orais precisa saber “ver”, ou melhor, descobrir através da imagem, analisar a memória ou estimular a lembrança<sup>28</sup>. O retrato de um personagem, de um lugar, pode suscitar recordações que não apareceriam de outra forma no relato. Um antigo opositor antissalazarista radicado em São Paulo, o engenheiro Alfredo Masson, ofereceu-me uma fotografia de um grupo de exilados ligados ao periódico *Portugal Democrático*, com todas as identificações. Apresentei a imagem a outros opositores que, apesar de não participarem da foto, acrescentaram para cada um dos personagens presentes informações relativas às suas trajectórias políticas<sup>29</sup>. Por outro lado, a análise da imagem é fundamental para a reconstrução da memória de um determinado grupo. No espólio de Alberto Moura Pinto as fotografias tiradas em Madrid evidenciam o quotidiano dos republicanos no exílio, destacando aqueles com os quais o antigo ministro mantém uma maior proximidade, já que as suas imagens estão presentes num dos álbuns da família<sup>30</sup>. Esta ligação entre a memória e a fotografia é evidenciada também nos retratos pessoais dos amigos, guardados nas colecções particulares como “membros de família”. No arquivo de Jaime de Morais, uma fotografia para passaporte de um “desconhecido” para a memória familiar chama a atenção por ter sido conservada pelo filho mais velho. Analisada a imagem e identificado o personagem compreende-se o guardado: trata-se de Nuno Cruz, um dos colaboradores mais próximos de Jaime de Morais, morto em Dezembro de 1934. A dimensão pessoal da lembrança só pode ser explicada se analisarmos a dimensão histórica da memória da imagem e do gesto que levou à sua preservação.

Nesta retomada das trajectórias e memórias individuais um ponto de confluência das análises e reflexões é justamente a abordagem das “políticas da memória”<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> Ver PAULO, Heloisa - “A imagem Oficial: os Budas e a Espionagem Salazarista”. In CARNEIRO, M. T.; CROCI, F. (orgs.) - *Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário*. São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp, 2010.

<sup>28</sup> Há que considerar uma outra dimensão do “ver” relacionada ao “estar”, ou seja, o papel do historiador na recolha das fontes orais. Ver entre outros, GALLIAN, Dante Marceño Claramonte – “O Historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um Questionamento para os «Historiadores Oraís”. *Revista de História*. São Paulo. n.º 125-120 ( ago-dez/91 - jan-jul/92) p. 93-10.

<sup>29</sup> O facto foi passado com Manuel Lourenço Neto que, a partir da imagem, acrescentou detalhes importantes para a compreensão da trajectória política do grupo opositor de São Paulo, nomeadamente no que respeita à distribuição do periódico *Portugal Democrático* e ao papel de diversos personagens no interior do movimento de oposição radicado naquela cidade.

<sup>30</sup> Sobre a questão da imagem ver, entre outros, o clássico BOURDIEU, Pierre - *La fotografia: un arte intermédio*. México: Nueva Imagen, 1989; e MAUAD, A. M. - *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. [Consult. 2 de Janeiro de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.historia.uff.br/labhoi/tesdis.htm>>.

<sup>31</sup> A questão é tratada em diversos trabalhos já clássicos como o de TODOROV, Tzvetan - *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000, ou outras reflexões como as de LAVRABRE, Marie-Claire - “Usages du

A reconstrução de memórias “apagadas” por regimes de força e a necessidade de repor o protagonismo de personagens que vivenciaram momentos traumáticos da história contemporânea são debatidas e postas em realce, apesar do alcance limitado de algumas medidas oficiais e dos “descaminhos” jurídicos impostos<sup>32</sup>. Por outro lado, a recuperação de “memórias” perdidas, como a dos exilados portugueses, repõe lacunas na história e abrem a discussão a respeito das inúmeras versões possíveis para um mesmo relato<sup>33</sup>.

### 3. Recordar não é viver: o impossível retorno.

A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.<sup>34</sup>

Mas o assunto principal é a boa notícia que o Comandante me dá do seu propósito de escrever também as “Memórias do Comandante” Jaime de Moraes. Eu tenho essa decisão como o cumprimento dum dever político e patriótico. A ditadura procurou ocultar as ações valorosas (e gloriosas) dos republicanos e quer fazer uma história deturpada onde só erros e dilapidações nos cabem. Mostrar aos vindouros, nossos filhos e netos até a vigésima geração, a verdade e a justiça e a gratidão que nos cabem, é dever sagrado.<sup>35</sup>

[...] Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode.<sup>36</sup>

A questão da validade dos testemunhos é sempre posta em xeque quando as contradições das narrativas são evidenciadas. Os relatos contraditórios são um sinal de alerta para os perigos da “memória” como recurso ao historiador para aqueles que criticam e possuem reservas quanto ao seu uso. No entanto, fora as questões já levantadas

---

passee, usages de la mémoire”. *Revue française de Science Politique*. 44<sup>e</sup> année, N.º 3 (June 1994) p. 480-493; ANDRIEU, Claire; LAVABRE, Marie-Claire; TARTAKOWSKY, Danielle - *Politique du Passé: usages politiques du passé dans la France contemporaine*. Aix-en-Provence: Publications de l’Université de Provence, 2006.

<sup>32</sup> Na Espanha os debates acerca do direito à memória dos vencidos na Guerra Civil gerou nos últimos anos controvérsias políticas que, desencadeadas pela lei da Memória Histórica, acabaram por mostrar a persistência do franquismo na sociedade espanhola contemporânea, responsável pela condenação do único juiz a acusar Franco de genocídio. Sobre os debates em torno da lei da memória e as razões que desencadearam o processo contra o juiz Baltazar Garzón ver: <http://www.elpais.com/todo-sobre/tema/Recuperacion/Memoria/Historica/202/> [Consult. pela última vez em 10 de Abril de 2011].

<sup>33</sup> Sobre o tema da memória e do exílio em Espanha, ver entre outros: ALTED, A. - *La voz de los vencidos. El exilio republicano de 1939*. Madrid: Santilana, 2005; DREYFUS-ARMAND, G. - *El exilio de los republicanos españoles en Francia*. Barcelona: Crítica, 2000; SCHWARZSTEIN, D. - *Entre Franco e Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Crítica, 2001.

<sup>34</sup> LE GOFF, J. - *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 471.

<sup>35</sup> Carta manuscrita datada de 17 de Novembro de 1967 de Sarmiento Pimentel para Jaime de Moraes. Arquivo Jaime de Moraes. Fundação Mário Soares.

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Eric – “Dentro e fora da História”. In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

no que respeita ao processo de memorização, o questionamento do investigador deve incidir no “por que” das controvérsias. De facto, um mesmo episódio descrito por diferentes participantes pode apresentar disparidades sem que, no entanto, nenhuma das versões possa ser considerada um “falseamento”, mas sim fruto da própria evolução das memórias pessoais de cada uma das testemunhas. Assim sendo, de forma consciente ou não, a memória depura factos, omitindo o que não consegue assimilar, como no caso dos traumas, o que não interessa contar, diante de questões políticas ou morais complicadas, reconstruindo o passado com as informações que lhe foram acrescentadas no decorrer do tempo. Resta ao historiador compreender as razões das contradições, partindo então para a verdadeira análise do posicionamento do indivíduo no momento histórico que vivenciou.

A apresentação de disparidades na rememoração de factos é uma constante e, na maioria das vezes, se não está relacionada com o ângulo de visão do relator, está vinculada ao protagonismo que este pretende impor para a “memória histórica”. Muito mais que os relatos orais, o discurso memorialista presente em autobiografias exibem estas e outras peculiaridades, já que possuem permitem uma maior elaboração do conteúdo apresentado ao público. A narrativa mais detalhada tende a confundir relato com ficção, numa tentativa de buscar público e credibilidade, levando o historiador a ter um cuidado maior com este tipo de fonte. Por vezes, o objectivo não é só deixar o registo para a história, mas contribuir para a sua reinterpretação, posicionando o autor do relato no lugar de realce que ele considera justo<sup>37</sup>.

Um exemplo bem elucidativo é dado por relatos do assalto ao paquete Santa Maria, levado a cabo pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, em 1961. Dois dos personagens principais, Henrique Galvão, que arca com a parte política da acção, e Jorge Soutomaior, o ex-oficial da Marinha republicana espanhola e responsável pela parte militar da operação, possuem versões diferenciadas sobre a actuação de ambos, fruto do distanciamento entre as duas narrativas e da alegada necessidade de revisão da memória oficial do acontecimento que coloca o militar português como figura principal na acção<sup>38</sup>.

Assim sendo, na descrição de Galvão, publicada um ano depois do ocorrido, ainda que assuma totalmente o protagonismo da acção, dá ao seu companheiro espanhol um lugar de destaque na narrativa enquanto perito náutico<sup>39</sup>. No entanto, ao descrever o episódio anos mais tarde, Soutomaior possui uma outra versão dos factos, colocando-se ele próprio no lugar de protagonismo e apresentando uma imagem negativa do militar. A memória “oficial” do acto praticado é como que “rectificada”, cabendo agora o seu mérito ao comando espanhol:

---

<sup>37</sup> Sobre o tema, ver entre outros, WIEVIORKA, Olivier - “Du bon usage du passé. Résistance, politique, mémoire”. *Mots*. n.º 32 (Septembre 1992) p. 67-80.

<sup>38</sup> Sobre o tema, ver PAULO, Heloisa - “1961: o Assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal”. *História Revista*. ISSN 1414-6312 (ed. impressa) ISSN 1984-4530 (ed. online). V. 16 (Janeiro/Junho 2011).

<sup>39</sup> “[...] O nosso perito naval, Sotomayor, sem nunca perder o seu bom humor e vivacidade, manobrou o rato tão habilidosamente que este escapou aos seus perseguidores, mesmo na área onde a busca lhes era mais fácil.” GALVÃO, H. - *Op. Cit.*, p. 195.

Separo-me de Velo e vou encontrar-me com Galvão. O Capitão recebe-me com um olhar de General subestimado que, surpreendido, não sabia se me devia rir ou indignar. Embora o seu tom fosse excessivamente destemperado, arrei-me de paciência e escutei-o. – Porque é que o senhor mudou o plano táctico sem me consultar? Eu sou Capitão do Estado-Maior – como não podia gritar afogava-se em ira – e sei muito bem o que deve fazer-se. Não admito tais coisas de maneira nenhuma.

Eu pensava comigo: ‘Capitão do Estado-Maior, sem saber de outra guerra senão a que se faz à fauna africana ou às codornizes em Portugal [...] Que homem era este que nem sequer tinha em conta a minha condição de marinheiro de guerra e de Comandante da operação?’<sup>40</sup>

Desta forma, não basta ao historiador detectar as contradições e verificar a legitimidade dos relatos, mas antes de tudo compreender a razão pela qual a memória individual ou colectiva “fabricou” aquele determinado tipo de narrativa a respeito deste ou daquele evento. O entendimento da versão apresentada pode ser mais elucidativa do que a descrição precisa do ocorrido, mesmo que esta não corresponda às informações obtidas através de outra documentação.

Sem assumir a possibilidade de aceitar qualquer narrativa como verídica, tendo sempre atenção à necessidade de verificação dos relatos, a memória assume para o historiador a condição de “documento”, mas também de “objecto”. Neste quadro, a própria memória é passível de ter uma “história”, transformando-se assim em objecto de estudo pelo qual podemos compreender as formas pelas quais o passado recente foi visto e revisto nos últimos anos. Assim sendo, a “memória” da grande maioria das pessoas que vivenciaram actos como o assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz, em 17 de Maio de 1967, aceitando a versão oficial do regime, foi alterada após o 25 de Abril e a apresentação de uma nova versão para o acontecimento. A “memória individual” passou por uma espécie de reinterpretação onde é reconfigurado o binómio “ladrão” e “polícia” e os papéis são recambiados de lugar<sup>41</sup>.

O próprio historiador, no decorrer do exercício da sua profissão, é uma “presa” da evolução da “memória, no caso a “memória histórica”, já que, por vezes, não se consegue rever nas análises historiográficas que aceitou num passado recente. A descoberta de arquivos e documentação inédita reestrutura o pensar de centenas de objectos de investigação, sobretudo no que respeita à contemporaneidade, marcada por lacunas a preencher<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> SOUTOMAIOR, Jorge – *Eu roubei o Santa Maria*. Lisboa: Labirinto das Letras, 2010. p. 52 e 53.

<sup>41</sup> Uma senhora amiga que vivenciou na Figueira da Foz o clima do assalto pediu para ser apresentada pessoalmente a Camilo Mortágua, um dos que estiveram no assalto ao Banco de Portugal, pois afinal ele não era nada daquilo que ela havia pensado na época.

<sup>42</sup> Para além das lacunas, há que contar com a importância do historiador na desestruturação dos “mitos” da historiografia mais tradicional, já tratados nas notas 31 e 32. Ver ainda, entre outros, FERRO, M. - *Os tabus da História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

A História há muito deixou a ambição de ser o relato fiel do passado e se tal convicção ainda é encontrada nos discursos memorialistas se deve ao reconhecimento do narrador da importância em marcar a sua presença como agente desta mesma história. É neste quadro de confluência entre as histórias de vida, as memórias pessoais e a história e a sua memória oficial que está situada a investigação do passado recente. Sem retornar ao paradigma do indivíduo singular como agente do processo histórico, as memórias individuais recolocam os indivíduos como agentes únicos da História. Cabe ao historiador o trabalho de investigação e análise necessários para que a historiografia recupere as memórias perdidas e, sem cair em extremos, as reponha no devido lugar da memória histórica.